



Secretaria de Estado da Educação

# CLIPPING

19 de Agosto 2015



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

<b>Veículo:</b> Nota 10	<b>Editoria:</b> Educação	<b>Data:</b> 19/08/2015
<b>Assunto:</b> Colaboradores		<b>Página:</b> Online



# Inep abre seleção para compor o Banco de Colaboradores

Professores e pesquisadores interessados em participar da seleção e credenciamento para o Banco de Colaboradores do Banco Nacional de Itens (BC-BNI) têm de 24 de agosto a 11 de setembro para se inscrever. As regras para a inscrição estão no edital n.º 16/2015.

Os selecionados irão subsidiar o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) nas atividades de revisão e aperfeiçoamento técnico-pedagógico e teórico dos questionários contextuais utilizados nas avaliações e exames da educação básica. Esse procedimento complementa o trabalho do Inep na realização de levantamentos estatísticos e avaliativos da educação básica.

As três avaliações do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) - Avaliação Nacional da Educação Básica (Aneb), a Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Anresc) e Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA) - são acompanhadas de questionários que são aplicados aos professores e diretores. Eles permitem coletar informações sobre gestão escolar, formação docente, infraestrutura e organização pedagógica. Nas avaliações Aneb e Anresc também são aplicados questionários aos alunos e um formulário sobre a escola também é preenchido para que possa levar em consideração o contexto dos alunos e da escola na avaliação.

No Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), por sua vez, um questionário socioeconômico foi elaborado a fim de promover o desenvolvimento de estudos sobre fatores associados ao desempenho dos participantes.



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

<b>Veículo:</b> Nota 10	<b>Editoria:</b> Educação	<b>Data:</b> 19/08/2015
<b>Assunto:</b> Bolsa-Formação		<b>Página:</b> Online



# Portaria aprimora a oferta de cursos pela Bolsa-Formação

Duas das três portarias relacionadas à educação profissional e tecnológica assinadas na quinta-feira, 13, em São Paulo, pelo ministro da Educação, Renato Janine Ribeiro, foram publicadas na sexta-feira, 14. Uma delas refere-se à oferta de cursos pela Bolsa-Formação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec). A outra regulamenta o conceito de aluno equivalente e da relação aluno por professor na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

A Bolsa-Formação abre a possibilidade de oferta de cursos de formação inicial e continuada na modalidade a distância, a criação de um índice de conclusão de cursos por unidade de ensino e o estímulo à estruturação de cursos em itinerários formativos, incluídos aqueles voltados para o jovem aprendiz. A Bolsa-Formação do Pronatec é responsável pelo financiamento de cursos técnicos e de formação inicial e continuada nas redes públicas de educação profissional e tecnológica, serviços nacionais de aprendizagem (sistema S) e instituições particulares devidamente habilitadas pelo MEC.

A portaria que regulamenta o conceito de aluno equivalente estabelece fatores para o cálculo de indicadores de gestão. Aluno equivalente é o principal indicador na análise dos custos de manutenção das instituições federais de ensino. O documento regulamenta dispositivo da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

As portarias do MEC n.º 817, sobre a oferta da Bolsa-Formação, e 818, que regulamenta o conceito de aluno equivalente, foram publicadas no Diário Oficial da União de sexta-feira, 14. Elas foram assinadas na véspera, durante reunião do ministro Janine Ribeiro com representantes do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif), na capital paulista.



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

<b>Veículo:</b> Revista Veja	<b>Editoria:</b> Educação	<b>Data:</b> 19/08/2015
<b>Assunto:</b> Metas		<b>Página:</b> on-line



### **META FISCAL DE 2016 DEVE LEVAR GOVERNO A REMODELAR CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS E PRONATEC**

O governo estuda promover novos cortes no Ciência Sem Fronteiras e no Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) no ano que vem. Depois que a administração federal calculou em 32% a redução do custo do subsídio por aluno no novo modelo do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), a área econômica prepara o terreno para remodelar outros programas do governo. A reforma nas regras é necessária para garantir o cumprimento da meta de superávit primário das contas públicas em 2016, segundo apurou a reportagem.

A ideia é que as mudanças já possam ser usadas para balizar as previsões de despesas no Projeto de Lei Orçamentária de 2016, que será encaminhado no final do mês ao Congresso Nacional pelo Executivo.

Administrado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), o Ciência sem Fronteiras concede bolsas para estudantes brasileiros no exterior. O Pronatec, que financia cursos de educação profissional e tecnológica, deverá ganhar mais foco no próximo ano.

Procurado, o CNPq não quis comentar as mudanças em curso. Informou que o Programa Ciência sem Fronteiras atingiu a meta inicial prevista, com um total de 101.446 bolsas concedidas, correspondendo a um investimento total de 6,36 bilhões de reais entre 2011 e 2014. Desse total, 3,42 bilhões de reais somente em 2014. Os dados mostram um crescimento vertiginoso das despesas com o programa. Em 2011, haviam sido investidos apenas 108 milhões de reais. O CNPq informou que vê para a segunda etapa do programa a expectativa de recuperar seu potencial de estimular fortemente os alunos de pós-doutorado e doutorado sanduíche e os professores visitantes estrangeiros. Ao mesmo tempo, em áreas estratégicas para o desenvolvimento do País, os incentivos seriam dados para o doutorado no exterior, nas melhores universidades do mundo.

Redução de gastos - O Grupo de Trabalho Interministerial de Acompanhamento de Gastos Públicos do Governo Federal (GTAG) tem até o final do mês para apresentar o relatório final, no qual deverão ser apontados os programas que passarão por remodelagens. Por causa do calendário estudantil, as mudanças nas regras do Fies foram anunciadas antes da conclusão do relatório final do GTAG.



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

O governo ainda não bateu o martelo final e os ministros de cada área dos programas fazem pressão. Uma reunião da Junta Orçamentária (formada pelos ministros da Fazenda, Planejamento e Casa Civil) deve ocorrer nos próximos dias. Criado no início do ano pela nova equipe econômica, o GTAG tem a função de fazer um pente fino nos principais programas do governo governamentais, inclusive os sociais.

Cortes na educação - Em junho, o Pronatec já havia sofrido com cortes de 60% das vagas para este ano, devido à redução de 9,4 bilhões de reais no orçamento do Ministério da Educação. No início de julho, o MEC cancelou a realização da Avaliação Nacional de Alfabetização (ANA) de 2015. A prova avalia o desempenho de todas as crianças do 3º ano do ensino fundamental de escolas públicas e é prevista na legislação para ocorrer todos os anos. De acordo com o professor Francisco Soares, presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), órgão do MEC responsável pela ANA, a decisão refletiu a necessidade de corte, mas também questões pedagógicas. "Todos tinham de contribuir (com o ajuste fiscal). Mas tem um caráter pedagógico importante", disse.



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

<b>Veículo:</b> Todos pela Educação	<b>Editoria:</b> Educação	<b>Data:</b> 19/08/2015
<b>Assunto:</b> Recursos		<b>Página:</b> Online



### OPINIÃO: A EDUCAÇÃO VAI VIRAR PAUTA BOMBA

"Em caminho oposto ao da promoção dos direitos educacionais, o Governo Federal anunciou um corte adicional de R\$ 1 bilhão na área, totalizando R\$10,2 bilhões", afirma Daniel Cara

**Fonte:** UOL Educação

Os direitos sociais precisam ser ampliados. Porém, não é isso que está sendo gestado no Brasil, com o ajuste fiscal de Joaquim Levy e a "Agenda Brasil" de Renan Calheiros. Investir na consagração direitos logo vai ser encarado como a proposição e preparação de pautas bomba.

Logo após as eleições de 2014, argumentei que as políticas educacionais tinham colaborado para a vitória de Dilma Rousseff. Democratizar a escolarização fideliza o eleitorado. O fenômeno é antigo, sendo observado empiricamente desde 1930 no Brasil, a partir dos trabalhos de Celso Beisiegel (USP).

Embora a escolarização não signifique necessariamente ascensão social, é certo que ela é um instrumento promissor para a melhoria da renda e das condições de vida das famílias.

#### A Pátria Educadora

No primeiro dia de seu novo governo, a presidenta Dilma Rousseff surpreendeu a todos, anunciando "Pátria Educadora" como lema de seu segundo mandato. A expectativa da comunidade educacional foi alta: a "Pátria Educadora" deveria significar a contribuição do segundo governo Dilma para o cumprimento do Plano Nacional de Educação (PNE). O PNE estabelece 20 metas capazes de fazer o Brasil avançar na consagração dos direitos educacionais da população. Mas, para isso, Dilma Rousseff precisava mudar sua opinião sobre o plano.

O PNE foi sancionado em 25 de junho de 2014. O texto tramitou por quase quatro anos no Congresso Nacional e foi aprovado por todos os partidos, sem exceção. Contudo, como o Palácio do Planalto foi derrotado em temas importantes, como a transferência de recursos da União para Estados e Municípios. Incomodada, a



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

presidenta Dilma Rousseff analisou até o último minuto se apresentava ou não vetos ao texto. Por prudência, recuou.

Embora tenha demorado para decidir, Dilma acabou compreendendo que seus vetos seriam derrubados, inclusive com votos do PT – um dos partidos mais ativos na construção do plano. A democratização das oportunidades educacionais, um dos pilares do PNE, é um direito e um tema caro ao eleitor. Isso foi comprovado pelas pesquisas qualitativas antes e depois do segundo turno da disputa presidencial, reforçando o fenômeno de reciprocidade entre expansão de matrículas e voto.

### As contradições da Pátria Educadora

Após o anúncio do lema “Pátria Educadora”, o governo Dilma Rousseff contou com três Ministros da Educação: Cid Gomes, Luiz Cláudio Costa (interino) e Renato Janine Ribeiro – que até o momento permanece no cargo. Em dezenas de discursos feitos desde o início de seu segundo mandato, a presidenta mencionou o plano pouquíssimas vezes. Nunca com a profundidade merecida e necessária.

Ao invés de se dedicar ao cumprimento do PNE, a sociedade e o governo dispenderam um tempo precioso discutindo o texto “Pátria educadora: a qualificação do ensino básico como obra de construção nacional”, assinado pela Secretaria de Assuntos Estratégicos, chefiada pelo Ministro Roberto Mangabeira Unger.

Como resultado, com um mínimo de rigor, nenhum dispositivo do PNE previsto para ser implementado até 24 de junho de 2015 foi cumprido. A tendência é que o mesmo ocorra no próximo ano, quando vence o prazo para diversos outros dispositivos.

Entre esses, um dos mais desafiadores, é o cumprimento das metas de universalização do acesso para a população de 4 a 17 anos. Em termos quantitativos, isso significa criar 2,8 milhões de vagas em poucos meses.

O desafio, que já não era pequeno, ficou quase impossível. O ajuste fiscal de Joaquim Levy gerou cortes profundos na área. Em uma primeira rodada, R\$ 9,2 bilhões foram suprimidos do orçamento do Ministério da Educação (MEC). Desse total, R\$ 3,4 bilhões (37%) seriam destinados exatamente para a construção de unidades de educação infantil. Isso praticamente inviabiliza o cumprimento da meta de universalização da pré-escola (4 a 5 anos de idade), demandada tanto pelo PNE como pela Constituição Federal, após a Emenda 59/2009.

Ainda no corte de R\$ 9,2 bilhões, outro R\$ 1,9 bilhão (21%) asfixiou o investimento em obras em universidades e institutos federais, o que prejudica seriamente o cumprimento da meta de criação de 2 milhões de matrículas públicas no ensino superior até 2024.

Tanto a expansão de creches e pré-escolas como a criação de matrículas no ensino superior foram compromissos firmados por Dilma Rousseff na campanha eleitoral de 2014. Se tudo continuar como está, ambos não serão cumpridos.



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Os direitos educacionais são pautas bomba

Em raciocínio oposto ao que está em voga, para construir equipamentos educacionais correspondentes a um padrão mínimo de qualidade, seria preciso investir cerca de R\$ 13 bilhões para matricular todos os brasileiros de 4 a 17 anos que estão fora da escola. Ou seja, ao invés de extrair R\$ 3,4 bilhões do orçamento do MEC, o Governo Federal deveria ampliá-lo.

Mas como tudo o que se opõe ao ajuste fiscal de Joaquim Levy é taxado de pauta bomba, a educação não foge a regra: precisa com urgência de mais recursos.

Porém, em caminho oposto ao da promoção dos direitos educacionais, o Governo Federal anunciou – no fim de julho – um corte adicional de R\$ 1 bilhão na área, totalizando R\$ 10,2 bilhões.

A emergência da “Agenda Brasil”

Todos os direitos sociais são pautas bomba. Não é a toa que a ultraliberal “Agenda Brasil” de Renan Calheiros, que faria corar de vergonha muitos tucanos, busca desconstruir a universalização do Sistema Único de Saúde (SUS) e a vinculação constitucional que financia a educação, que é considerada onerosa.

Segundo matéria do Valor Econômico, Joaquim Levy disse em reunião da OCDE em Paris que a educação estava protegida de cortes. Ao ser lembrado por jornalistas que a área tinha sido a mais afetada por sua política de ajuste fiscal, não teve pudor para assumir sua posição: “convenhamos, nós temos vinculações constitucionais na educação que obviamente estão sendo cumpridas e eu acho que isso é que o indicador”.

O ministro parece ter se esquecido do fato de que o que é constitucional ninguém pode tocar. Talvez por isso tenha se entusiasmado tanto com a “Agenda Renan”, certamente um nome mais apropriado ao conjunto de propostas do que “Agenda Brasil”.

Qual é o golpe?

Gera muita preocupação as tentativas de apelar Dilma Rousseff do Palácio do Planalto. Se isso ocorrer, será um grave retrocesso institucional para o Brasil e uma mácula indelével para uma democracia ainda recente.

Contudo, outro perigo assola o país, o do refluxo de conquistas estabelecidas na Constituição Federal de 1988. Manter essas conquistas deve ser a preocupação primordial de qualquer cidadão brasileiro. Deveria ser também do emparedado Governo Federal, mas o gabinete de Dilma Rousseff não demonstra poder de reação suficiente para propor e implementar uma agenda. Especialmente àquela para a qual a presidenta foi reeleita.





## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

É preciso unir forças contra os retrocessos. Se acertar na pauta, o dia 20 de agosto será uma grande oportunidade.

\*\*\*

Atualização: publiquei esse texto na madrugada de hoje. Logo pela manhã, leio matéria assinada pelos jornalistas Valdo Cruz e Gustavo Patu na Folha de S. Paulo. O texto informa que “por meta de 2016, Dilma discute até corte de despesas obrigatórias“. São elas a salvaguarda para o financiamento dos direitos sociais, especialmente educação e saúde. A preocupação dos cidadãos deve ser redobrada. Caso se confirme, é a pior notícia que um governo eleito com um programa de centro-esquerda poderia dar. O mercado está conseguindo impor – definitivamente! – sua agenda.



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

<b>Veículo:</b> Todos pela Educação	<b>Editoria:</b> Educação	<b>Data:</b> 19/08/2015
<b>Assunto:</b> Avaliação Nacional da Alfabetização		<b>Página:</b> Online



### GOVERNO FEDERAL SUSPENDE PROVA DE ALFABETIZAÇÃO EM 2015

A decisão, segundo o Inep, foi pedagógica e não financeira; há indicativos de que a prova poderia ser aplicada a cada dois anos

**Fonte:** UOL Educação

O governo federal suspendeu a edição 2015 da ANA (Avaliação Nacional da Alfabetização), prova aplicada em todo o país para alunos do 3º ano do ensino fundamental, etapa em que se completa o ciclo de alfabetização.

A decisão, segundo o Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), foi pedagógica -- e não financeira, como chegou a ser noticiado.

"Terminamos de processar os dados do ano passado agora [em meados de julho]", explicou o presidente do Inep, Francisco Soares. "Precisamos mergulhar nos dados [do ano anterior antes de produzir novas estatísticas]."

"É absolutamente essencial colocar a alfabetização no centro do debate", afirma Soares, explicando que o foco está em monitorar a aprendizagem dos alunos e não apenas em acumular avaliações.

No Inep, já se discute a necessidade de a avaliação ser anual -- há indicativos de que a prova poderia ser aplicada a cada dois anos. "A questão financeira impactou, mas não disparou [o processo para repensar a periodicidade da prova]", diz Soares.

**Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa**

A ANA é uma das estratégias para execução do Pnaic (Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa), instituído pelo governo federal em julho de 2012. Pelo Pnaic, os alunos deveriam estar alfabetizados até 8 anos de idade, ou no 3º ano do ensino fundamental.

A previsão no Pnaic era de que a ANA seria anual e seus resultados seriam disponibilizados para as escolas como instrumento de monitoramento e de ajuste nos currículos.



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Para especialistas ouvidos pelo UOL, a suspensão da edição da prova não causará impacto importante no Pnaic. Eles criticam a lentidão do programa, que estaria de escanteio entre as políticas do MEC (Ministério da Educação).

Pacto pela alfabetização está abandonado, dizem especialistas

O Pnaic (Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa) não está recebendo a devida atenção, segundo especialistas ouvidos pelo UOL. Com base no Pnaic, as crianças deveriam estar alfabetizadas aos oito anos, ao final do 3º ano do ensino fundamental.

Para eles, o abandono do Pnaic é mais preocupante que o cancelamento da ANA (Avaliação Nacional da Alfabetização) por parte do governo federal.

"A ANA avalia o Pnaic, mas ele não precisa dela para acontecer", analisa Daniel Cara, coordenador da Campanha Nacional pelo Direito à Educação e blogueiro do UOL. "Ele [o Pnaic] está parado porque o MEC está desarticulado. Em parte, é reflexo do próprio governo."

Pilar Lacerda, diretora da Fundação SM e ex-secretária de Educação Básica do MEC, também acha que o programa precisa de mais ênfase por parte do governo. "A Provinha Brasil faz bem o papel de provocar a reflexão do professor sobre seu trabalho". Por isso, o cancelamento da ANA não traz tanto prejuízo. "Eu me preocupo mais com o esfriamento do Pnaic."

Segundo Lacerda, não houve continuidade dos esforços e faltou "mais empenho do MEC e das prefeituras".

Cara observa que o cancelamento da ANA pode ser uma boa oportunidade de repensar a avaliação: "Ela tem inúmeros problemas. Deveria ser amostral e ser melhor discutida com as redes para fazer sentido pedagógico". Além disso, argumenta, "falta um calendário de divulgação de resultados. Eles devem ser distribuídos para a sociedade".

Segundo o MEC, em 2013 participaram do Pnaic 5.420 municípios, 27 estados e o Distrito Federal; em 2014, houve a adesão de mais 77 municípios, o que gerou um total de 313 mil professoras alfabetizadoras e mais de 15 mil orientadores de estudo participantes. Ainda de acordo com a pasta, o investimento total nos anos de 2013 e 2014 chega a R\$ 1,7 bilhão.



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

<b>Veículo:</b> Todos pela Educação	<b>Editoria:</b> Educação	<b>Data:</b> 19/08/2015
<b>Assunto:</b> Comportamento		<b>Página:</b> Online



### **CRIANÇAS COM BOM VOCABULÁRIO AOS 2 ANOS CHEGAM MAIS PREPARADAS AO JARDIM DE INFÂNCIA**

**Pesquisa informa que essas vantagens se apresentam tanto na parte acadêmica quanto no comportamento dos alunos que se comunicavam melhor já na Pré-Escola**

**Fonte: O Globo (RJ)**

Crianças com bom vocabulário aos 2 anos de idade chegam ao jardim de infância mais bem preparadas. É o que diz um estudo divulgado nesta segunda-feira pela revista científica "Child development" (desenvolvimento infantil). A pesquisa informa que essas vantagens se apresentam tanto na parte acadêmica quanto no comportamento dos Alunos que se comunicavam melhor já na Pré-Escola.

Estudos anteriores já davam conta de que crianças com melhor desempenho estudantil e de comportamento no jardim de infância conseguem melhores oportunidades na Escola e na sociedade quando crescem. Elas têm mais chances de ir à faculdade, comprar casas e morar em áreas com indicadores socioeconômicos altos. Agora, a nova pesquisa mostra que essas vantagens podem ter raízes ainda mais precoces.

O trabalho foi feito por pesquisadores das universidades do Estado da Pensilvânia, da Califórnia Irvine e de Columbia. Eles analisaram dados de 8.650 crianças.

O nível de vocabulário foi medido por meio de uma pesquisa com os pais dos pequenos, e seu conhecimento acadêmico foi estimado através de avaliações de matemática e leitura. Enquanto isso, Professores de jardim de infância avaliaram o comportamento dos Alunos. Informações como a situação socioeconômica das famílias e qualidade de vida foram levadas em conta para isolar o papel da riqueza de vocabulário no desenvolvimento da criança.

Diferenças entre os níveis de vocabulário ficaram evidentes entre os grupos. Crianças de famílias com rendas mais altas, do sexo feminino e com pais atenciosos mostraram



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

riqueza de vocabulário. Crianças nascidas com pouco peso ou filhas de pais com problemas de saúde tinham desvantagens nesse quesito.

Ao examinar as crianças três anos mais tarde, os pesquisadores notaram que aquelas com mais vocabulário estavam mais bem preparadas tanto no âmbito acadêmico quanto de comportamento no jardim de infância, com melhores resultados em leitura e matemática, mais auto-controle e menos problemas de ansiedade.



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

<b>Veículo:</b> Todos pela Educação	<b>Editoria:</b> Educação	<b>Data:</b> 19/08/2015
<b>Assunto:</b> Internet		<b>Página:</b> Online



### INTERNET CHEGA À ESCOLA PÚBLICA, MAS NÃO AOS ALUNOS

**Segundo estudo, geralmente, conexão oferecida pelo governo atende apenas as atividades administrativas**

**Fonte: Valor Econômico (SP)**

Os números oficiais sobre o nível de conectividade das Escolas públicas brasileiras sugerem que o Brasil tem avançado a passos largos ao atingir a marca de 84,5 mil instituições de Ensino fundamental e médio, urbanas e rurais, com acesso à internet banda larga. Pesquisa realizada pelo Centro de Estudos Brasileiros da Columbia University (EUA), em parceria com a empresa americana Qualcomm, indica, no entanto, que o uso das tecnologias da informação e comunicação no ambiente Escolar não anda tão bem como mostram as estatísticas do governo.

O estudo considera que o acesso à internet oferecido gratuitamente às Escolas, na maioria dos casos, não está à disposição dos Alunos. Geralmente, a conexão oferecida pelo governo (estadual, municipal ou federal) atende apenas as atividades administrativas, seja por receio de uso indevido ou limitação da rede.

As 84,5 mil Escolas registradas nas estatísticas do governo são conectadas gratuitamente pelo programa federal Banda Larga nas Escolas. Algumas secretarias estaduais e municipais de Educação se encarregaram de contratar a própria internet. O estudo informa que as Escolas públicas de Curitiba, por exemplo, possuem melhor desempenho de conexão, com velocidade igual ou superior a dez megabits por segundo (Mbps).

O levantamento foi realizado também nas cidades de Brasília, Goiânia, Manaus, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo. Os diretores de tecnologia da informação ligados às secretarias de Educação afirmaram que seria necessário uma conexão de 34 Mbps para oferecer o uso gratuito de internet sem fio (Wi-Fi) a uma instituição com aproximadamente mil Alunos. Esse desempenho é encontrado em apenas 2% das Escolas.



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

A velocidade de conexão nos colégios públicos é considerada baixa pelos autores da pesquisa. Eles constataram que 50% dos acessos têm atingem até 2 Mbps. Essa questão é tratada na pesquisa como um "problema nacional", que coloca o país, com velocidade média de 2,6 Mbps, na 87ª posição do ranking global. Na lista liderada por Coreia do Sul e Japão, a velocidade média dos países pesquisados ficou em 3,9 Mbps.

A proposta da pesquisa, financiada pela Qualcomm, empresa especializada em tecnologias móveis, é aprofundar o debate sobre o uso de dispositivos sem-fio no ambiente Escolar. Com o nome "Aprendizagem Móvel no Brasil: Gestão e Implementação das Políticas Públicas Atuais e Perspectivas Futuras", o resultado foi divulgado na semana passada, em Brasília.

"Constatamos sérios problemas na Educação do país quando vemos que Alunos não aprendem o que deveriam aprender. Talvez a tecnologia bem empregada possa diminuir a brecha entre o Brasil e o mundo nos indicadores de Educação", disse o presidente da Qualcomm para a América Latina, Rafael Steinhauer.

O secretário de Telecomunicações do Ministério das Comunicações, Maximiliano Martinhão, admite que há espaço para aperfeiçoamento do programa federal. Segundo ele, existem realidades "bastante diversas" no conjunto de Escolas urbanas e rurais que tem a situação monitorada permanentemente pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) e os órgãos do Ministério da Educação.

O diretor do Centro de Estudos Brasileiros da Columbia University, Gustavo Azenha, defende a preservação de três pilares para se obter avanços no uso de tecnologias nas Escolas: a infraestrutura, o conteúdo digital e a capacitação dos Professores. "Essas três dimensões precisam ser trabalhadas juntas com objetivos claros de Ensino. Só assim a iniciativa terá um impacto interessante dentro e fora de sala da aula", afirmou Azenha. Ele assina o estudo com a pesquisadora Fernanda Rosa.

A pesquisa ressalta que a maior parte dos Professores brasileiros aprende a usar as tecnologias por conta própria, sem o apoio dos órgãos de Educação. Ao observar o comportamento dos Professores foram apontados alguns perfis na relação com as tecnologias.

Para os autores, o sucesso das tecnologias passa, necessariamente, pela garantia de continuidade dos programas educacionais, pelo cumprimento de seu tempo de maturação e pela avaliação e validação constante dos resultados.



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

<b>Veículo:</b> Todos pela Educação	<b>Editoria:</b> Educação	<b>Data:</b> 19/08/2015
<b>Assunto:</b> Agentes de aprendizagem		<b>Página:</b> Online



### METODOLOGIA TRIPLICA ÍNDICE DE APRENDIZADO

**Programa didático "Instrução pelos colegas" transforma alunos em agentes ativos de aprendizagem**

**Fonte: Jornal Bem Paraná (PR)**

É comum imaginar que aulas com números e cálculos, como as de física por exemplo, são monótonas e difíceis, certo? Não nas aulas de física do Professor José Motta. Os Alunos do Ensino médio do 2º e 3º ano do Colégio Positivo aprendem com uma metodologia diferente adotada por ele: a peer instruction, ou instrução pelos colegas, em inglês.

Desenvolvido na Universidade de Harvard pelo Professor Erik Mazur, na década de 1990, o método peer instruction reorganiza a sala de aula, tornando o Aluno a peça central de aprendizagem e não mais o Professor. “Mais do que repassar conceitos, meu papel em sala de aula é questionar e direcionar os Alunos. Dessa forma eles buscam a informação e transformam os dados em conhecimento de forma ativa”, analisa o Professor Motta. Ou seja, em outras palavras, ao invés de apenas decorar a matéria, passa-se a aprender ativamente. E como funciona esse método na prática?

Com uma pergunta no quadro-negro e um clicker (aparelho eletrônico semelhante a um controle remoto) na mão, os Alunos reúnem-se em duplas para resolver e responder o problema apresentado. Ao encontrar a solução, eles digitam a resposta no aparelho que envia a informação para o Professor. Dessa forma, quando todos os Alunos mandam suas respostas, o Professor consegue, em tempo real, analisar o índice de acertos da turma. “Se a taxa de acerto ficar em no mínimo 70%, é preciso fazer uma breve explicação da questão e seguir para a próxima questão.

Se o índice ficar entre 70% e 30%, a turma deve formar grupos para discutir a solução correta do exercício” explica Erik Mazur. Se o índice de acertos ficar abaixo de 30%, o conteúdo é retomado pelo Professor até que as dúvidas sejam sanadas. “A meta é sempre alcançar 100% de acertos para garantir que os Alunos estejam todos no mesmo nível”, analisa Mazur. Pesquisas desenvolvidas pelo criador do método apontaram que o nível de retenção de informação pelos estudantes durante as aulas convencionais é de apenas 20%.





## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Quando a responsabilidade de achar a solução foi repassada aos Alunos, esse índice subiu para 60%. A opinião de quem está experimentando a metodologia pela primeira vez é positiva. Para Clara Victória Planinscheck, aluna do segundo ano do Ensino Médio, do Colégio Positivo – Ângelo Sampaio, “ao trabalhar em duplas, a gente passa a ter mais responsabilidade de resolver a questão e acaba realmente aprendendo o conteúdo. Além disso, é muito legal saber que estamos usando algo que foi desenvolvido em uma das melhores universidades do mundo”, comenta a aluna”. Para Guilherme Tonetti Assis, colega de Clara, com o clickers as aulas ficam mais dinâmicas e estimulam a vontade de acertar o exercício. “Mais do que memorizar o conteúdo, a gente aprende de verdade a matéria”, conclui ele